



agendapública

# O QUE NÓS CONSTRUÍMOS EM 2017?

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Em 2017, foram inúmeras histórias e personagens marcantes para o crescimento da Agenda Pública. Por isso, nós preparamos uma série de reportagens especiais com textos, entrevistas, fotos, vídeos e infográficos que contam **o que a Agenda Pública está ajudando construir pelo País.**

Da força de mulheres como Diva, uma servidora que se descobriu agente de acesso à informação em São Sebastião, ao potencial transformador de um código tributário no interior do Pará, não poderíamos deixar de contar nenhum detalhe de nossos desafios pela transformação das políticas públicas no Brasil.

**'É contando um caso que se aprende'**, diz a sabedoria popular. Boa leitura!

# SUMÁRIO

3	GOVERNO ABERTO EM SÃO SEBASTIÃO
10	SERRA DO SALITRE: CONSTRUIR JUNTO
13	CONSTRUIR TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS
22	UM CONSÓRCIO PELA EDUCAÇÃO DO PARÁ
24	ITAITUBA E BARCARENA: DIREITOS DESENHADOS
29	CONHEÇA O ODS LAB
32	NOSSAS AGENDAS ESTRATÉGICAS
39	2017, UM ANO DE AVANÇOS INSTITUCIONAIS
41	ESCOLA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
54	NOSSOS COLABORADORES

# SENTIMENTOS ABERTOS



“

É bom falar sobre isso, vai fazer **vocês sentirem o que a gente sentiu** ao fazer uma coisa desse porte. A verdade é que eu me senti importante. Senti valor na minha posição de funcionária pública. Eu sempre desejei uma iniciativa dessas, **um norte na nossa vontade de oferecer um trabalho de qualidade**, com as informações corretas”

## DIVANEIDE RIBEIRO GOMES

DIVA É SERVIDORA DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE SÃO SEBASTIÃO, NO LITORAL NORTE DE SÃO PAULO. ELA PARTICIPOU DE UMA DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA GOVERNO ABERTO.

SAIBA MAIS SOBRE O PROGRAMA GOVERNO ABERTO ➤

PARCEIROS



INSTITUTO  
**ETHOS**

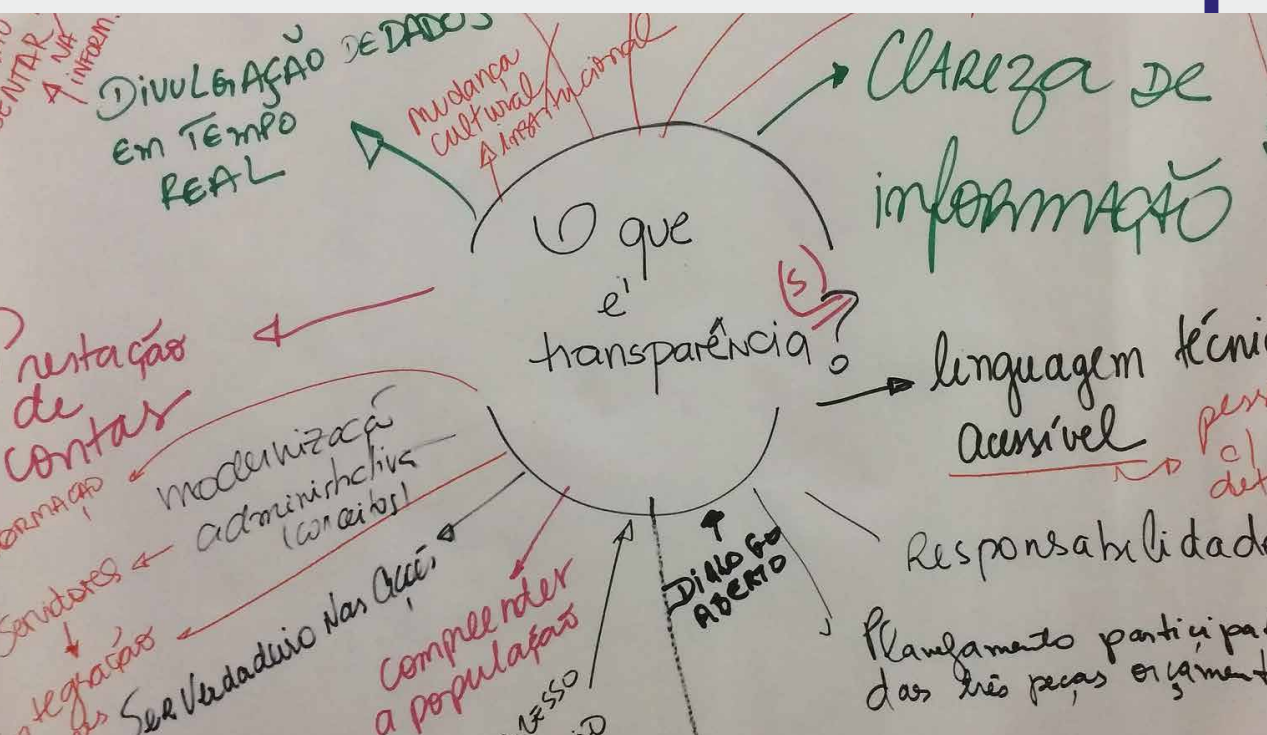
PATROCÍNIO





# PROGRAMA GOVERNO ABERTO:

transparência e integridade  
em São Sebastião



Você sabe o que é governo aberto? Apesar de ser um tema bem recente na gestão municipal, cada vez mais mostra ser uma agenda potente. Governo aberto busca **integrar ações de participação e colaboração, transparência e integridade para aprimorar os controles democráticos e a gestão das políticas públicas.**

Para apoiar processos de abertura dos governos, a Agenda Pública desenvolveu este programa, em parceria com o Instituto Ethos e a Prefeitura de São Sebastião.

Como forma de registrar as atividades do programa em 2017, elaboramos uma série de conteúdos que estão agora à sua disposição. Uma reportagem especial com uma das participantes do programa, uma linha do tempo das atividades do ano e uma reflexão sobre todas as conquistas e desafios.

# QUEM É DIVA?

**DIVANEIDE RIBEIRO GOMES TORNOU-SE PERSONAGEM MARCANTE DO PROGRAMA GOVERNO ABERTO EM 2017. SERVIDORA DA PREFEITURA, CADA VEZ MAIS RECONHECE SEU PAPEL FUNDAMENTAL COMO AGENTE DE ACESSO À INFORMAÇÃO**

“É bom falar sobre isso, vai fazer vocês sentirem o que a gente sentiu ao fazer uma coisa desse porte. A verdade é que eu me senti importante. Senti valor na minha posição de funcionária pública. Eu sempre desejei uma iniciativa dessas, um norte na nossa vontade de oferecer um trabalho de qualidade, com as informações corretas”.

A fala acima não é apenas de Divaneide Ribeiro Gomes, servidora de carreira na Prefeitura de São Sebastião, é de Diva, uma das muitas mulheres que há anos oferecem seus esforços diários no atendimento aos cidadãos. Nos prédios públicos da cidade. Ela é a responsável, dentro da Secretaria de Planejamento, por coletar e oferecer as informações aos cidadãos e cidadãs.

Em novembro de 2017, ano que marcou o início da implementação do Programa Governo Aberto em São Sebastião, uma formação que reuniu 20 recepcionistas da cidade. A proposta da atividade era reconhecê-las como agentes de acesso à informação, construindo uma rede e novos fluxos de troca de conhecimentos.

“É algo que nos ajuda e que pode realmente diminuir a distância entre o cidadão e o serviço público”, comenta Diva. “Nós criamos barreiras a respeito de palestras e cursos, mas quando as coisas são levadas com leveza, quando não é uma aula com uma didática ruim, torna-se um encontro bem gostoso, que faz a gente querer mais”.

Um dos materiais de sensibilização utilizados na atividade foi um vídeo em formato storytelling sobre a Lei de Acesso à Informação (LAI). A peça fala sobre a regulamentação do direito, previsto na Constituição, de qualquer pessoa solicitar e receber dos órgãos e entidades públicos, de todos os entes e Poderes, informações públicas. Com a Lei de Acesso, a publicidade passou a ser a regra e o sigilo a exceção.



A formação com as recepcionistas foi só uma das atividades do Programa Governo Aberto em 2017. Laila Bellix, coordenadora do programa pela Agenda Pública, entende que o envolvimento de servidoras como Diva é uma prova de que a agenda de governo aberto vai além da teoria.



“

Um dos pontos forte do Programa é trabalhar o tema do governo aberto com todas as secretarias. Juntar todos/as servidores/as com um mesmo propósito: melhorar a relação com a população por meio da transparência. Assim, reconhecemos o papel de cada um de dentro da Prefeitura na garantia do direito de acesso à informação e fazemos questão de lembrar daquels que, tradicionalmente, estão fora da elaboração da política pública: os/as servidores da ponta. Fazer a primeira atividade juntando todas as recepcionistas das secretarias, além dos pontos focais de cada área, foi um marco para o Programa e a certeza de que a política de governo aberto de São Sebastião será inovadora.

**LAILA BELLIX, COORDENADORA DO  
PROGRAMA GOVERNO ABERTO**

# LINHA DO TEMPO

## **Apresentação pública do Programa no evento intitulado "Encontro Governo Aberto: Transparência e Integridade em São Sebastião"**



Mais de 250 participantes, sobretudo servidores públicos municipais.



30 de março de 2017 das 09h às 12h30, no Teatro Municipal de São Sebastião.

## **Realização do Intercâmbio na Prefeitura de São Paulo**



12 servidores



04 de julho de 2017 das 09h às 17h na Prefeitura de São Paulo

## **Primeira formação sobre acesso à informação para um grupo de servidores públicos que, depois, se configurou o Grupo de Trabalho de Governo Aberto**



12 servidores



02 de maio de 2017 das 09h às 12h, na Associação Comercial de São Sebastião

## **Criação do Grupo de Trabalho Governo Aberto**

Composto por 12 servidores de diferentes secretarias, o grupo se reuniu para regulamentação da Lei de Acesso à Informação no município e elaboração de plano de ação. Depois da regulamentação da Lei de Acesso, o grupo se tornou Comissão de Acompanhamento da LAI



12 servidores



30 de maio a 01 de agosto, terças-feiras, das 09h às 12h na Associação Comercial de São Sebastião.

# LINHA DO TEMPO

## Assinatura do decreto que regulamenta a Lei de Acesso à Informação (LAI)



12 servidores



Reunião com Prefeito – 10 de agosto às 10h na sede da Prefeitura; Publicação do Decreto – 01 de setembro.

## Formação de pontos focais e diretores das Secretarias (equipes de transparência)



38 servidores



17 de outubro das 09h às 16h na Associação Comercial de São Sebastião

## Formação das Recepcionistas



20 servidores



7 de setembro das 10h às 12h na Associação Comercial de São Sebastião.

## Café com Governo Aberto



220 servidores



7 de setembro a 11 de setembro nas diferentes secretarias da Prefeitura

## Formação sobre controle interno



12 servidores



06 de dezembro das 09h30 às 12h na Associação Comercial de São Sebastião.



# O QUANTO AVANÇAMOS?

2017 foi o ano que, de fato, começamos a implementação do Programa em São Sebastião: apresentamos o Programa para a população, com o Prefeito assumindo o compromisso público em trabalhar o tema, iniciamos um processo de articulação interna e avançamos com a política municipal de transparência.

Neste contexto, a principal conquista do Programa este ano foi na área da transparência pública. Por meio de um processo coletivo, feito junto ao Grupo de Trabalho Governo Aberto, composto por 12 servidores, conseguimos regulamentar a Lei de Acesso à Informação no município, criando fluxos e procedimentos para divulgar informações de interesse da população e atender qualquer pedido de acesso à informação.

Para o ano de 2017, o Programa tinha como propósito avançar nas políticas de transparência e controle interno, com ações de participação social. O eixo de transparência foi o que mais avançou, cumprindo todos seus objetivos previstos e indo além do que havíamos planejado para esse período. Quanto ao de controle interno, iniciamos com atividades esse ano, mas teremos que retomar e aprofundar no próximo ano. Já o eixo de participação será iniciada e aprofundada também em 2018.

Com nossas distintas atividades, desde a apresentação do Programa até a difusão interna da Lei de Acesso, sensibilizamos em torno de 500 servidores e pretendemos avançar nas próximas ações. Acreditamos que 2017 foi um marco para o Programa uma vez que imprimimos um modo de trabalho junto aos atores do território, mostramos que é possível avançar na pauta de governo aberto e iniciamos um Programa que continuará nos próximos anos.

# SERRA DO SALITRE: CONSTRUINDO JUNTOS

SAIBA MAIS SOBRE O PROGRAMA



“

Em janeiro de 2017, quando fui nomeada para o cargo de secretária municipal de Educação, fui convidada para participar dos encontros em que construímos o planejamento estratégico para os próximos anos. **Nós construímos isso juntos.** Eu acredito, de verdade, que um projeto como esse, nos dá suporte para fortalecer uma gestão pública mais organizada e transparente. E não só isso: nos faz ter foco, um foco na justiça e no cidadão.

## MARINEY FÁTIMA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM SERRA DO SALITRE. ELA PARTICIPOU DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO FACILITADO PELA AGENDA PÚBLICA NA PREFEITURA.



APOIO FINANCEIRO: instituto **linagalvani**

# PROGRAMA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA SERRA DO SALITRE

O Programa de Fortalecimento Institucional em Serra do Salitre foi iniciado no ano de 2016 com um escopo bem delimitado uma vez que era um ano de eleições municipais. Estabelecemos que faríamos um diagnóstico da gestão pública junto com alguns indicadores sobre Saúde, Educação, Assistência Social, Finanças, Economia e Meio Ambiente.

Esses dados serviriam tanto para a criação de infográficos em formato de banners que seriam entregues para cada secretário e secretária municipal, de modo que pudessem ter um instrumento que chamamos de Gestão à vista, como para subsidiar o diagnóstico da gestão municipal, realizado a partir de entrevistas com cada gestor municipal.

**PACTUAÇÃO COM O PREFEITO (NOVA GESTÃO) - 09/03/17**



**OFICINA DE CONSTRUÇÃO DA VISÃO DE FUTURO - 13/06/17**



# PROGRAMA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA SERRA DO SALITRE

ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - 06/07/17



“

Eu acredito, de verdade, que um projeto como esse nos dá suporte para fortalecer uma gestão pública mais organizada e transparente. E não só isso: nos faz ter foco, um foco na justiça e no cidadão.

**MARINEY FÁTIMA**

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM SERRA DO SALITRE. ELA PARTICIPOU DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO FACILITADO PELA AGENDA PÚBLICA NA PREFEITURA.

ENTREVISTA COM GESTORES PARA DIAGNÓSTICO DA GESTÃO - 18/06/17





# COMO SE CONSTRÓI UM TERRITÓRIO SUSTENTÁVEL?



SAIBA MAIS SOBRE O PROGRAMA

O Programa Territórios Sustentáveis acredita que é possível garantir que as pessoas da região amazônica tenham condições justas de desenvolvimento e oportunidades para uma vida melhor, respeitando as características de cada comunidade. Hoje em dia, o Programa atua na região amazônica do oeste do Pará, conhecida como Calha Norte.

Os municípios de Oriximiná, Terra Santa e Faro enfrentam situações de desigualdade econômica crescente e um cenário de interações complexas. Das várias experiências vivenciadas pela Agenda Pública no território, duas conquistas se destacam: a revisão do Plano Diretor de Faro e o novo Código Tributário de Oriximiná. Essas histórias, é claro, estão no nosso relatório.

PARCEIROS:



APOIO FINANCEIRO:



O Programa Territórios Sustentáveis tem o objetivo de contribuir para a construção de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável em Oriximiná, Faro e Terra Santa, municípios localizados na região oeste do estado do Pará. Iniciado em 2015, o programa tem um horizonte de duração de 15 anos.

O Programa foi construído como um modelo que pode ser implementado em diversos territórios da Amazônia que enfrentam desafios similares.

Em 2017, duas das principais conquistas e avanços trazidos pelo programa foram a revisão do Plano Diretor de Faro e o novo Código Tributário de Oriximiná, histórias que vão muito além da implementação de ferramentas da gestão pública.



**TERRITÓRIOS  
SUSTENTÁVEIS**  
GESTÃO INTEGRADA NA AMAZÔNIA



## COM AMPLA PARTICIPAÇÃO POPULAR, MUNICÍPIO DE FARO ATUALIZA SEU PLANO DIRETOR

O desenvolvimento das cidades brasileiras é marcado por um crescimento muitas vezes desordenado, que não costuma atender às demandas de qualidade de vida da população. Mas, graças a Assembleia Constituinte que formulou a Constituição de 1988, um instrumento jurídico fundamental para rever este quadro foi aprovado: o Plano Diretor. A Carta Magna passou a incluir o Direito Urbanístico com o objetivo de “garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana”.

Em 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade como lei federal, o Plano Diretor Municipal ganhou um formato. E um dos principais pontos diz respeito à participação da população no seu processo de formulação.

O município de Faro, localizado no Pará bem na fronteira com o estado do Amazonas, conseguiu dar mais um passo na busca de uma cidade que garanta os direitos da população, ao concluir o seu novo Plano Diretor Municipal.

O processo já aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pela Prefeitura contou com ampla participação dos habitantes locais, divididos em três grandes áreas que comportam diversas comunidades.



Enéas Torres, servidor público municipal, acredita que a participação média girou em torno de 180 a 200 pessoas em cada uma das áreas. A população era formada por pouco mais de 7 mil pessoas em 2016 segundo o IBGE.

O professor explicou que equipes de divulgação e locomoção foram montadas para envolver a população, que já tinha consciência da importância de sua participação por conta do processo realizado no Plano Diretor anterior, de 2006. Além disso, ele destaca como fator determinante o papel de lideranças governamentais e não governamentais que ajudaram a fazer com que o debate chegasse na boca do povo.

A legislação prevê que o Plano Diretor deve ser atualizado a cada dez anos. O interesse da população no Plano Diretor surge, ainda segundo Enéas, a partir das próprias necessidades de vida, em um município que, “por ser muito carente, precisa de uma atenção especial em diversos setores”.

O novo projeto estabelece novas metas para educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e lazer, turismo e economia, incluindo o apoio a atividades produtivas, principalmente no setor agrícola. Outra preocupação importante, ainda mais em um município com as características de Faro, é a preservação dos recursos naturais.

“Tenho a expectativa que esse Plano não fique só no papel. Que vá para a prática e que tenha a participação dos entes federativos na resolução dos problemas elencados. Pelos menos as emergências devem ser resolvidas”, diz o servidor

“

O interesse no Plano Diretor surgiu por ser uma cidade que realmente precisa de uma atenção especial em diversos setores. Foi por isso que tanta gente se envolveu”, diz Enéas.



# UM NOVO CÓDIGO TRIBUTÁRIO EM ORIXIMÁ POR MELHORES SERVIÇOS PÚBLICOS

Em um momento em que o país vive uma crise econômica, onde a arrecadação de tributos federais e estaduais se reduzem, o município de Oriximiná (PA) deu um importante passo para aumentar as suas receitas e reduzir o impacto nos serviços prestados à população.

Foi um trabalho conjunto da Agenda Pública, com o Programa Territórios Sustentáveis, a Prefeitura e servidores públicos do município, iniciado em 2015, que permitiu a formulação de um Novo Código Tributário. O texto tomou forma de projeto de lei e foi sancionado pela Câmara Municipal em setembro deste ano, passando a valer a partir de 2018.

O atual Código Tributário, datado de 1986, deixava de arrecadar, por exemplo, o IPBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis). Já o novo Código prevê, além deste novo tributo, outros que não tinham amparo legal para serem cobrados.

Vânia Oliveira, auditora fiscal do município, fez parte da equipe técnica e da redação do projeto de lei do Novo Código Tributário. Ela afirma que não existe Estado sem tributo. “Tudo o que a gente recebe, seja da educação, da saúde, da infraestrutura no município, do saneamento que nós não temos e que precisamos ter, do meio ambiente, e todas as políticas públicas, se não houver o tributo elas não existem”, diz.



A auditora fiscal aponta que ainda são vários os desafios para que essa nova forma de arrecadação se transforme de fato em benefícios para a população. Um deles, em sua leitura, é a própria estrutura de arrecadação da cidade, que ainda conta com uma equipe pequena. O município sofre dificuldades para arrecadar o próprio IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). "A lei não caminha sozinha se não tivermos um quadro técnico", resume Vânia.

Outro desafio é o envolvimento da população local com o debate, que muitas vezes adquire uma linguagem estritamente técnica e pouco apropriada pelos cidadãos.

Vânia, que também é professora e costuma dar palestras sobre o assunto afirma que "esse Código vai sim dar um incremento para o município, mas se esse recurso não for gerido com responsabilidade nós vamos continuar do jeito que nós estamos. Esse papel cabe à sociedade civil organizada e aos cidadãos de um modo geral."

O Novo Código Tributário de Oriximiná segue os caminhos de muitos outros municípios brasileiros, que além de atualizarem a estrutura administrativa de suas gestões, proporcionam assim uma possibilidade de maior participação da sociedade na busca por seus direitos.

“

Esse Código vai sim dar um incremento para o município, mas se esse recurso não for gerido com responsabilidade nós vamos continuar do jeito que nós estamos", afirma Vânia.

## **SOBRE A REGIÃO DE INTERVENÇÃO**

É uma área muito peculiar com uma das maiores extensões tropicais protegidas do mundo, uma diversidade populacional que inclui ribeirinhos, quilombolas e indígenas inseridos em um contexto econômico que vai do extrativismo à agricultura, pecuária e mineração.

A chegada de uma empresa de mineração em uma região cria uma situação bastante complexa: se por um lado há expectativa de aumento da arrecadação dos municípios e a geração de empregos e renda para alguns, não se pode deixar de levar em consideração os impactos ambientais, a dependência econômica e a alteração das relações sociais estabelecidas anteriormente.

Os municípios de Oriximiná, Terra Santa e Faro são um exemplo disso. Apesar da alta arrecadação vinda tanto pela Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), os chamados royalties da mineração, quanto por conta de impostos como ICMS Verde e até ISS, o PIB dos municípios acaba sendo elevado, porém os índices de desigualdade social também se mostram altos.

# ENTENDA OS 5 EIXOS DO PROGRAMA

---

## 1 GESTÃO PÚBLICA

Apoio a gestão pública municipal por meio da criação de arranjos colaborativos que contribuam para a implantação de políticas públicas mais eficientes, aumentando o acesso da população a serviços públicos de qualidade.

## 2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Apoio ao desenvolvimento e melhoria da economia por meio das cadeias produtivas desenvolvidas (como a castanha, copaíba, pesca, movelaria, madeira, pecuária, agricultura, turismo) e potenciais em cada município, considerando a conservação de áreas protegidas e a preservação de culturas tradicionais.

## 3 GESTÃO AMBIENTAL

Apoio direto às secretarias de meio ambiente para garantir a conservação, as licenças de novas atividades nos municípios e o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

## 4 CAPITAL SOCIAL

Apoio às comunidades e lideranças em sua organização, buscando melhorar a sua participação em reuniões de conselhos e conferências. O objetivo é ajudar a população a exercer seus direitos e deveres.

## 5 QUILOMBOLA

Apoio as comunidades quilombolas em sua organização. O objetivo é fortalecer as suas organizações, sua governança e gestão comunitário promovendo oficinas de planejamento, capacitações, encontros e reuniões que potencializam a atuação de suas organizações nos processos de relacionamento com os outros atores da região e nos seus planejamentos comunitários.



# LINHA DO TEMPO (2017)

---

## JUNHO DE 2016 A MAIO DE 2017

Desenvolvimento das ações previstas nos planos de trabalho construídos no âmbito do Programa de Excelência na Gestão financeira (desenhos dos fluxos de cobrança de IPTU, início da revisão do Código Tributário, entre outros).

## MAIO A NOVEMBRO DE 2017

Apoio na revisão do Plano Diretor de Oriximiná.

## AGOSTO A DEZEMBRO DE 2017

Apoio a revisão do Plano Diretor de Faro.

## JUNHO DE 2016 A MAIO DE 2017

Apoio na revisão do Plano Diretor de Oriximiná.

## ABRIL DE 2017

Encontro técnico sobre Planos Municipais de Saneamento e Aterros Sanitários (encontro organizado com especialistas que apoiaram os gestores e técnicos municipais na consolidação de estratégias para construção dos Planos Municipais de Saneamento).

## SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2017

Apoio na gestão dos recursos da concessão florestal (apoio técnico a gestores, técnicos e Conselhos de Meio Ambiente para possibilitar o recebimento e a boa gestão do uso dos recursos da concessão florestal).

## SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2017

Planejamento estratégico municipal de Oriximiná e Terra Santa.

## JULHO DE 2017

Formação em gestão tributária para gestores e técnicos da prefeitura de Terra Santa.

# UM CONSÓRCIO PARA MELHORAR **A EDUCAÇÃO** **DO PARÁ:** UM CAMINHO POSSÍVEL?

**Sem dúvidas,** o programa que está sendo implementado via consórcio junto à Leme Engenharia e à Herkenhoff & Prates, com o objetivo principal de ampliar a capacidade de gestão e coordenação técnica do Escritório de Projetos do Programa de Melhoria da Qualidade e Incremento de Cobertura da Educação Básica do Estado do Pará, é uma experiência que não poderíamos deixar de dividir. Para contar esta história, de um projeto implementado em dois anos (2017 e 2018) e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, convidamos três profissionais que estão vivendo o desafio na pele.



PARCEIROS:



APOIO FINANCEIRO:





Em 2017 nosso desafio foi alavancar os processos de aquisição e implementar um novo modelo de gerenciamento dos projetos educacionais e de infraestrutura, de modo a garantir o cumprimento das metas de execução físico-financeira assumidas junto ao BID e ao Governo Federal.

Contratamos quase U\$60 milhões em novos investimentos, que elevaram os recursos comprometidos do Programa de 26,5% para 65,3%. Isso criou um ambiente de confiança e maior sinergia entre as equipes.

O foco de 2018 será na qualificação das estratégias de atuação e monitoramento, visando a sustentabilidade dos projetos após o fim do ciclo de financiamento.

É preciso romper o ciclo da descontinuidade das políticas públicas e consolidar a rede de educação paraense em um novo patamar.”

**BRUNO SENDRA DE ASSIS**  
**ANDREZA ADAMI**  
**LEONARDO PETRUS**

CONSÓRCIO PRÓ-EDUCAÇÃO



# O CAMINHO ILUSTRADO DA **GARANTIA DE DIREITOS** DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ITAITUBA E BARCARENA

Os **municípios brasileiros impactados por grandes empreendimentos**, em especial os situados na Região Norte, têm enfrentado um alto índice de violação dos direitos humanos, sendo urgente a qualificação das políticas municipais.

Com esse objetivo, em parceria com a Fundação Bunge, a Agenda Pública iniciou em 2016 um processo que visa ao Fortalecimento dos Sistemas de Garantias dos Direitos das Crianças e Adolescentes nos municípios de Itaituba e Barcarena, no Pará.

A iniciativa tem como foco a estruturação de **arranjos locais capazes de contribuir na redução da vulnerabilidade social e consolidar uma política de proteção a crianças e adolescentes nos territórios.**

A história que queremos contar sobre este projeto é como um material ilustrado pode deixar muito mais nítido e organizado os papéis, atribuições e fluxos de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência.

APOIO FINANCEIRO:



VEJA O INFOGRÁFICO ILUSTRADO E A RETROSPECTIVA DO PROJETO



## **FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

O projeto, que começou em 2016, foi formatado em 2017 a partir das demandas dos atores do Sistema de Proteção de criança e adolescente dos dois municípios, Itaituba e Barcarena. Para facilitar, elencamos três pontos que resumem nossos objetivos.

Os objetivos são:

- I.** contribuir para o fortalecimento dos atores do sistema, por meio do aumento da capacidade técnica e da melhoria dos fluxos e processos de atendimento aos casos de violação de direitos;
- II.** apoiar o fortalecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Conselho Tutelar (CT) por meio de ações de formação e do aprimoramento da gestão do Fundo da Infância e da Adolescência (FIA);
- III.** criar arranjos que possibilitem aportar soluções locais para os desafios da área da criança e do adolescente, aumentando as capacidades de implementação de políticas públicas integradas.

Uma das ações do programa em 2017 foi sistematizar quais são os fluxos, papéis e atribuições para o atendimento aos diversos tipos de violência pelas quais crianças e adolescentes. Não entendeu? Vamos desenhar!

VEJA AQUI O INFOGRÁFICO ILUSTRADO 

# UMA RETROSPECTIVA DO PROJETO

Em 2016, a Agenda Pública e a Fundação Bunge iniciaram uma parceria nos municípios do Pará – Itaituba e Barcarena. A primeira ação em campo, intitulada “Participação Social no Monitoramento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente”, foi executada entre os meses de agosto de 2016 a março de 2017. Teve como finalidade realizar atividades de diagnóstico, planejamento e encontros para discutir conjuntamente a situação do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e dos Adolescentes e para definição de ações que, ao serem colocadas em prática, trouxessem melhorias ao funcionamento e articulação da rede de proteção.

O foco da primeira proposta consistiu na mobilização de atores, na ampliação da participação dos diversos setores, no diagnóstico da situação atual do sistema, na consolidação de uma “percepção de grupo”, no levantamento dos desafios comuns para área da criança e do adolescente e na elaboração de um plano de ação compartilhado (2017/2020).

Em dezembro de 2016 a Fundação Bunge solicitou a Agenda Pública a apresentação de uma nova proposta para uma nova etapa de trabalho, dando continuidade do projeto inicial.



# UMA RETROSPECTIVA DO PROJETO

A nova proposta, denominada “Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente”, tem como objetivos: i) contribuir para o fortalecimento dos atores do sistema, por meio do aumento da capacidade técnica e da melhoria dos fluxos e processos de atendimento aos casos de violação de direitos; ii) apoiar o fortalecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Conselho Tutelar (CT) por meio de ações de formação e do aprimoramento da gestão do Fundo da Infância e da Adolescência (FIA); iii) criar arranjos que possibilitem aportar soluções locais para os desafios da área da criança e do adolescente, aumentando as capacidades de implementação de políticas públicas integradas.

A nova proposta, formatada a partir das demandas dos atores do Sistema de Proteção, tem como objetivos: i) contribuir para o fortalecimento dos atores do sistema, por meio do aumento da capacidade técnica e da melhoria dos fluxos e processos de atendimento aos casos de violação de direitos; ii) apoiar o fortalecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Conselho Tutelar (CT) por meio de ações de formação e do aprimoramento da gestão do Fundo da Infância e da Adolescência (FIA); iii) criar arranjos que possibilitem aportar soluções locais para os desafios da área da criança e do adolescente, aumentando as capacidades de implementação de políticas públicas integradas.

# UMA RETROSPECTIVA DO PROJETO

## AGOSTO DE 2016

Mobilização e sensibilização dos atores locais. (reunião com gestores públicos e pesquisa “bola de neve” sobre percepção dos atores da rede sobre o SGDCA).

## SETEMBRO DE 2016

Sistematização do diagnóstico do SGDCA por meio da pesquisa/entrevistas e oficina de conhecimento da realidade.

## OUTUBRO DE 2016

Oficina de mapeamento inicial do SGDCA

## NOVEMBRO DE 2016

Oficina para levantamento dos principais desafios da área da criança e adolescente.

## DEZEMBRO DE 2016

Construção de um plano de ação para o SGDCA - 2016/19.

## JANEIRO E FEVEREIRO DE 2017

Reuniões de Diálogo Social – apresentação dos resultados do projeto a gestores públicos, empresários e lideranças do município.

## ABRIL DE 2017

Início das formações de caráter geral (as formações de caráter geral têm a finalidade de ampliar o conhecimento técnico dos atores da rede de proteção, e as temáticas foram definidas pelos interlocutores, sendo: Gestão de Conflitos, Violência Contra a Criança e o Adolescente e Escuta Especializada – vão de abril de 2017 a março de 2018)

## MAIO DE 2017

Elaboração do plano de ação dos Conselhos Municipais dos direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares e início das Formações de caráter específico. (as formações de caráter específico são aplicadas ao CMDCA e CT para melhoria da gestão, e foram definidas a partir das problemáticas locais e dos planos de ação. Portanto, são distintas em cada município – vão de maio de 2017 a março de 2018).

## JUNHO A AGOSTO DE 2017

Descrição dos papéis e atribuições dos atores do sistema.

## SETEMBRO E OUTUBRO DE 2017

Desenho dos fluxos de atendimento às vítimas de violência.

## NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2017

Construção de um termo de referência para contratação de um sistema de monitoramento dos casos de violência.

## JUNHO A DEZEMBRO DE 2017

Diálogo com gestores locais para consolidação de uma proposta de atendimento integrado às vítimas de violência.





Em 2017 finalmente realizamos as primeiras edições do ODSlab: uma iniciativa inovadora, desenvolvida pela Agenda Pública junto à Estratégia ODS, que responde a uma necessidade premente e imprescindível diante dos enormes desafios apresentados pela Agenda 2030 no Brasil e no mundo. O principal deles? A cooperação entre governos, sociedade e empresas na construção de soluções para a implementação efetiva dos ODS.

SAIBA MAIS SOBRE A INICIATIVA 

## **2017 FOI O ANO DAS PRIMEIRAS EDIÇÕES DO ODSLAB: UMA INICIATIVA INOVADORA, DESENVOLVIDA PELA AGENDA PÚBLICA JUNTO À ESTRATÉGIA ODS, QUE RESPONDE AOS DESAFIOS APRESENTADOS PELA AGENDA 2030 NO BRASIL E NO MUNDO**

Trata-se de um laboratório em que lideranças e representantes dos diferentes setores da sociedade sentam à mesa para, juntos, construir soluções reais para um problema público do território em que atuam. Ou seja, o ODSlab cria a oportunidade de transformarmos a lógica de enfrentamento dos desafios do desenvolvimento sustentável, implicando os stakeholders que fazem parte do problema como alicerces fundamentais de sua solução.

As primeiras experiências do ODSlab aconteceram ao longo do primeiro semestre de 2017, em São Paulo e em Brasília. Cerca de 50 representantes das mais diversas organizações e instituições - entre sociedade civil, governos, setor privado e academia - tiveram oportunidade de participar do lab, onde promoveram discussões e reflexões de altíssimo nível acerca das possíveis soluções para os desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil.

Problemas públicos diversos em municípios e regiões distintas do país foram objeto do laboratório: transparência em Manaus, mobilidade em Piracicaba, saneamento em Macapá e crise fiscal em Mossoró. Os resultados foram excepcionais, e a metodologia se provou efetiva, mas ainda assim foi aprimorada para ser disseminada e aplicada Brasil a fora a partir de 2018.

## NO BRASIL

### FOLHA DE S.PAULO

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

#### É possível implementar uma agenda de desenvolvimento sustentável no país?

SERGIO ANDRADE

05/06/2017 12h00

LEIA NO SITE DA FOLHA ✨

## VOCÊ JÁ CONHECE A ESTRATÉGIA ODS?

A Estratégia ODS é uma coalizão que reúne organizações representativas da sociedade civil, do setor privado, de governos locais e da academia com o propósito de ampliar e qualificar o debate a respeito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil e de mobilizar, discutir e propor meios de implementação efetivos para essa agenda.

VISITE O SITE DA ESTRATÉGIA ODS ✨



## NO EXTERIOR

**devex**  
Do Good. Do It Well.™

INSIDE DEVELOPMENT SDG 17

#### Brazil to tackle its 'wicked problems' with new SDGlab

By Kelli Rogers // 23 May 2017

LEIA NO SITE DO DEVEX ✨







# 2017 E AS NOSSAS AGENDAS ESTRATÉGICAS

Em 2017 a Agenda Pública passou a atuar de forma mais estruturada e sistematizada frente às agendas consideradas estratégicas para o trabalho da organização e para o impacto social que desejamos alcançar. Assim, ao longo do ano, atividades das mais diversas naturezas foram realizadas com o objetivo de **construir e compartilhar conhecimentos a respeito dessas agendas e também de iniciar uma atuação contundente com vistas a influenciar a sociedade, políticas públicas, e tomadores de decisão** frente a cada uma delas.



Ao longo de sua história, a Agenda Pública vem se envolvendo de forma contundente com alguns **temas e agendas que se tornaram fundamentais para a nossa atuação**. Tanto por serem considerados essenciais para a qualidade das entregas que nos propomos fazer à sociedade, quanto para favorecer e fortalecer os arranjos e a conjuntura que possibilitam a realização do nosso trabalho.

Em 2017, portanto, decidimos estruturar e sistematizar a forma de atuar frente a cinco temas caríssimos ao trabalho que realizamos, com o objetivo de **aprofundar nossa incidência tanto para influenciar a sociedade, políticas públicas e tomadores de decisão, quanto para produzirmos e disseminarmos conhecimentos e reflexões**, e, assim, ampliar a relevância da nossa atuação frente a cada uma dessas agendas. São elas:

- » **GESTÃO PÚBLICA**
- » **AGENDA 2030 E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**
- » **TRANSPARÊNCIA E GOVERNO ABERTO**
- » **ALINHAMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO À GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS**
- » **MUNICÍPIOS IMPACTADOS POR GRANDES EMPREENDIMENTOS**



# 2017: UMA LINHA DO TEMPO DE NOSSA INCIDÊNCIA

## FEVEREIRO

Foram realizadas em São Paulo as três primeiras edições do ODSlab, metodologia inovadora desenvolvida pela Agenda Pública junto à Estratégia ODS, destinada à resolução de problemas públicos complexos sob a perspectiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Uma iniciativa que visa promover a cooperação entre governos, sociedade civil e empresas, entendendo que o estabelecimento de parcerias multissetoriais é fundamental para a implementação dos ODS.

Os resultados foram extraordinários e comprovaram a efetividade do laboratório frente a seus objetivos, passando a ser uma grande aposta da Agenda Pública para dar passos reais em direção ao cumprimento da Agenda 2030 nos municípios brasileiros.

## ABRIL

A Agenda Pública teve uma participação proeminente durante a 4ª edição do Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, em Brasília, organizado pela Frente Nacional de Prefeitos, parceira de longa data da organização.

Dispusemos de um estande na praça de boas práticas, compusemos painéis de debates, bem como realizamos uma nova edição do ODSlab. Um espaço importante em que ampliamos ainda mais nosso diálogo e nossa parceria com os governos subnacionais do país e seus atores de maior relevância.



## JUNHO

Diante do cenário de profunda crise política no país, a Agenda Pública iniciou uma articulação coletiva para construir caminhos para encarar um momento tão complexo. A iniciativa propôs ocasiões de diálogo aberto e democrático, ocupando e transformando o espaço público (o Largo da Batata, no caso) em locus de debate e articulação entre atores sociais diversos empenhados em encontrar alternativas à severa crise política vivida pelo país.

## JULHO

Seminário "Agenda 2030: Estratégias para Localização dos ODS em Nível Municipal", organizado pela CNM, em Brasília (mesa "Articulação Territorial e Multi-atores para a Implementação dos ODS")

Oficina Mobilização e Defesa (Advocacy) do Direito à Saúde e às Cidades, organizada pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) (fala: perspectiva da atuação dos governos locais, estaduais e nacional na implementação da agenda dos ODS)

Artigo para a série especial sobre o HLPF o **blog da coalizão internacional Together 2030**

[LEIA O ARTIGO EM PORTUGUÊS ✨](#)

[LEIA O ARTIGO EM INGLÊS ✨](#)



## SETEMBRO

### **Conferência Ethos SP**

Em 2017, a Agenda Pública teve uma participação expressiva durante a edição paulistana da Conferência Ethos. Governo aberto e a Agenda 2030 foram os temas sobre os quais levamos nossas reflexões, práticas e contribuições.

### **Lançamento Relatório Luz Sociedade Civil**

Em 25 de setembro de 2017, completaram-se dois anos do lançamento oficial da Agenda 2030 e dos ODS. Para marcar a ocasião, a Agenda Pública realizou junto aos parceiros do GT da Sociedade Civil para a Agenda 2030 o lançamento de Relatório Luz, documento que traz à luz a avaliação do grupo a respeito do processo de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil até o momento.

Fruto do trabalho de diversas entidades renomadas e de grande representatividade da sociedade civil organizada do país, o documento havia sido apresentado à comunidade internacional durante o Fórum Político de Alto Nível, no mês de julho, em Nova Iorque, em contraposição ao relatório voluntário do Governo Federal, cuja elaboração se deu a portas fechadas, sem a devida participação da sociedade civil.

### **Oficina Mobilização e Defesa do Direito à Cidade na Perspectiva dos ODS**

Organizada pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) - Participamos do painel trazendo a forma como temos considerado a implementação dos ODS diante do atual contexto social, político, econômico e cultural no Brasil e compartilhando expectativas e casos sobre as atuações dos governos locais, estaduais e nacional nesse processo.



## OUTUBRO

### Conferência Ethos Belém

Na primeira edição do evento na capital paraense, a Agenda Pública teve o prazer de integrar a programação para contribuir com debates a respeito de três agendas da mais alta relevância em nossa atuação, todas sob a perspectiva singular do contexto característico desta região do país: governança territorial, ODS e governo aberto.

### Webinars da Semana Nacional do Serviço Público

À ocasião da Semana Nacional do Serviço Público, a Agenda Pública realizou cinco webinars a fim de debater assuntos ligados à gestão pública e à qualidade dos serviços públicos no Brasil. Os debates trouxeram atores de peso das mais variadas áreas e abordaram temas como o fortalecimento da participação social para o aprimoramento da oferta de serviços nos municípios brasileiros, o desenvolvimento econômico, a formação de servidores, bem como a qualidade dos serviços públicos e os atuais movimentos pela melhoria da gestão pública

ASSISTA AOS VÍDEOS 

### Globo - Repercutindo Histórias, Geração do amanhã - ODS 17

O diretor executivo da Agenda Pública, Sergio Andrade, compôs o seleto grupo de personalidades da campanha "Geração do Amanhã", promovida pela Rede Globo. Uma iniciativa que integra a plataforma "REP- Repercutindo Histórias", que reuniu e disseminou relatos de pessoas cujas trajetórias de vida se relacionam com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Coube a Sergio Andrade compartilhar como seus percursos pessoal e profissional o levaram a ser uma referência a respeito do tema das parcerias para o desenvolvimento sustentável, de forma a enaltecer a importância do objetivo 17 para a implementação da Agenda 2030 em sua integralidade.

ASSISTA AO VÍDEO 

## NOVEMBRO

### Workshop de gestão pública para investidores sociais

Em parceria com a Rede Temática de Políticas Públicas do GIFE, a Agenda Pública realizou um workshop com o objetivo de aprofundar reflexões e construir um debate a respeito das potencialidades, oportunidades e desafios do investimento social privado junto à gestão pública no Brasil. Entre associados do Gife e parceiros da AP, este primeiro encontro oportunizou uma troca riquíssima a respeito das possíveis formas de cooperação e dos impactos deste tipo de atuação.

### Participação Virada Política

A contribuição da Agenda Pública para a Virada Política 2017 concretizou-se por meio da participação da Laila Bellix, coordenadora de projetos da organização, no painel que debateu a transparência dos dados públicos, ocasião em que tivemos a oportunidade de relatar nossa experiência no Programa de Governo Aberto que realizamos em São Sebastião e discutir com os demais participantes possibilidades, ferramentas e fundamentos da agenda de governo aberto para o fortalecimento da democracia e a melhoria da gestão pública no Brasil

# 2017: UM ANO DE AVANÇOS INSTITUCIONAIS

2018 começou soprando bons ventos. Terminamos o ano de 2017 com inovações importantes que irão fortalecer o papel da organização para aprimorar a governança democrática, a gestão pública e o incentivo à participação social em todo o território nacional. **As mudanças envolvem a formação de uma nova equipe de conselheiros e um novo estatuto da entidade.** Mas, o que realmente muda? Nós convidamos dois novos conselheiros para ajudar a explicar a importância disso.

ACOMPANHE A LINHA DO TEMPO DA NOSSA INCIDÊNCIA





“

Organizações que têm esse despojamento, no sentido de propor um estatuto e ao mesmo tempo dizer '**podem me cobrar porque isso não é letra morta**' é um elemento revelador de uma cultura organizacional muito importante. A aprovação de um novo estatuto não é mera formalidade. A Agenda Pública demonstra, com essas inovações, trabalhar com a lógica: 'em time que está ganhando, a gente também precisa mexer'.

**EDUARDO GRIN**

CIENTISTA POLÍTICO E PROFESSOR DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

“

A Agenda Pública é uma organização que já deu importantes contribuições para melhoria das políticas públicas brasileiras. Como nova integrante do Conselho de Gestão Estratégica, eu realmente **espero poder contribuir para que este fortalecimento da gestão pública seja crescente**. O Estado brasileiro e todos nós que lutamos por ele só têm a ganhar com uma organização como esta.

**GABRIELA LOTTA**

CIENTISTA POLÍTICA E PROFESSORA DO CURSO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC







Escola de  
Políticas  
Públicas

A Escola de Políticas Públicas (EPP) foi fundada em 2010, como parte da Agenda Pública. Nos cinco primeiros anos de atuação, tivemos mais de 4 mil gestores, conselheiros, pesquisadores e estudantes em nossas formações.

Com o trabalho reconhecido e valorizado, em 2015, a EPP e a Agenda Pública decidiram avançar para uma nova configuração: a Escola ganhou autonomia e independência para se consolidar como referência em soluções educacionais sobre temas públicos. O ano de 2017 foi um ano de muito crescimento neste sentido.

No relatório da EPP, você vai poder ler reportagens sobre os principais projetos do ano: o Litoral Transparente, em que a escola atua em seis municípios paranaenses oferecendo formações em governo aberto; o Desafio Universitário de Gestão e Políticas Públicas; o Open Master e nossos cursos abertos.

LEIA O RELATÓRIO DA ESCOLA DE POLÍTICAS PÚBLICAS 





A Escola de Políticas Públicas capacita agentes públicos para a **resolução de problemas públicos**.

Acreditamos no desenvolvimento do potencial de funcionários públicos, universitários, representantes da sociedade civil e do setor privado para resolver problemas complexos e colaborar para o aprimoramento das políticas públicas.

Para isso, desenvolvemos **soluções educacionais** orientadas para gerar transformações concretas.

Neste relatório, vamos contar as histórias que vivenciamos em 2017: **novos projetos e ideias, aprendizados e muita parceria**.

O nosso site é interativo, contaremos mais do nosso ano por meio de vídeos, reportagens, entrevistas e fotos. **Tenha uma boa visita!**



# Litoral Transparente

Programa de Governo Aberto e Integridade Pública

Matinhos • Morretes • Pontal do Paraná • Paranaguá • Antonina • Guaratuba

## CONHEÇA NOSSOS PROJETOS:

Em parceria da EPP e o Instituto Ethos, com patrocínio da Techint Engenharia e Construção, o Litoral Transparente é um projeto que tem como principal objetivo fomentar a adoção de práticas e o desenvolvimento de ações de Governo Aberto e integridade pública nos municípios paranaenses de Antonina, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.

PARCERIA:

INSTITUTO  
**ETHOS**

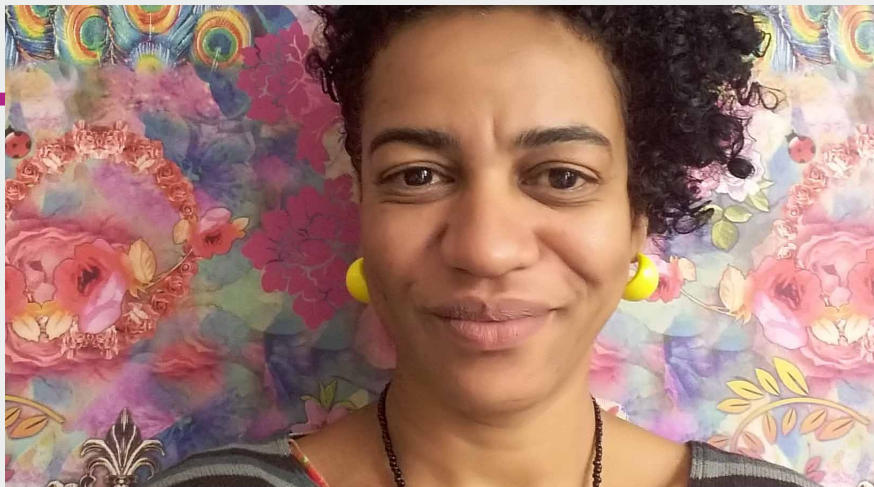
PATROCÍNIO:

**TECHINT**  
Engenharia e Construção  
70  
BRASIL





## OS TRABALHOS DE FORMAÇÃO COM AS EQUIPES DAS SEIS PREFEITURAS JÁ COMEÇARAM. QUER ACOMPANHAR?



### CONHEÇA A EQUIPE QUE TRABALHA POR UMA CULTURA DE GOVERNO ABERTO NO LITORAL PARANAENSE

A pedagoga Lindalva Feitosa será a articuladora territorial do Litoral Transparente. Antes de assumir a tarefa de articulação do projeto, Lindalva foi a Diretora de Controle Social da Controladoria Geral do Município (CGM) da Prefeitura de São Paulo, posição que ocupou por quase 4 anos.

LEIA A NOTA 



O acesso cristalino à informação pública e o fortalecimento da integridade da gestão municipal são objetivos prioritários para os municípios paranaenses. O projeto começou em agosto de 2017, com a assinatura do termo de cooperação e vai até agosto de 2018, com o encerramento das atividades formativas.

Nas primeiras semanas do projeto, as equipes da Escola de Políticas Públicas e o Instituto Ethos realizaram reuniões de articulação em todas as prefeituras que integram o Litoral Transparente para dar início ao planejamento traçado. Os encontros serviram para fazer com que o horizonte das ações formativas em busca pela transparência se tornasse mais palpável. Em fevereiro de 2018, as primeiras atividades formativas tiveram início.

LEIA A NOTA 





Dos mais de 1.100 universitários inscritos na edição de 2017, em mais de 250 equipes, tivemos cinco finalistas e três premiados! O desafio era construir projetos para a **geração de empregos e economia criativa em Guarulhos**. Quer assistir a vídeos e ler uma entrevista exclusiva com a diretora-executiva da Arymax, apoiadora do projeto, para realmente entender o significado do Desafio Universitário de Gestão e Políticas Públicas de 2017? E vem mais por aí em 2018!

ASSISTA AOS VÍDEOS 





Esse Desafio faz com que as cidades, a máquina administrativa consiga pensar fora da caixa, pois muitas vezes nossos prefeitos, secretários ficamos presos nos problemas do dia-a-dia e a gente não consegue observar e ter uma visão holística da cidade.

**GUTI, PREFEITO DE GUARULHOS**



Pra nós o principal motivo para apoiar o projeto é de fortalecer iniciativas onde há uma mobilização importante de jovens, e principalmente, jovens que estejam interessados em contribuir para uma mudança na cultura política neste país.

**RUTH GOLDENBERG, DIRETORA-EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO ARYMAX**



““

O Desafio é uma experiência educacional, ele dialoga com a causa da Escola de Políticas Públicas, que é a formação, a maneira como nós preparamos os agentes públicos no Brasil. É uma oportunidade para gestores públicos, que podem dialogar com as universidades.

**SERGIO ANDRADE, DIRETOR-EXECUTIVO  
DA ESCOLA DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

““

Eu gostei muito de participar! Foi um grande desafio. Acho que a gente aprendeu muito, como equipe, a lidar com desafios que a gente não está acostumado na faculdade, então colocar tudo o que a gente aprende na prática foi muito gratificante.

**JOANA FURQUIM, ESTUDANTE E  
INTEGRANTE DA EQUIPE VENCEDORA**

““

Estamos num momento que não dá pra distanciar a políticas dos jovens, muito pelo contrário, precisamos aproximá-los das políticas e garantir que jovens de todas as áreas do conhecimento trabalhem de forma coordenada para resolver problemas que são complexos e impactam a vida de milhares de pessoas.

**RICARDO SUDARIO,  
DIRETOR DE OPERAÇÕES  
DA ESCOLA DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

““

Fizemos um excelente trabalho juntos com o Desafio Universitário 2017. Conseguimos juntar o mundo dos problemas e o mundo da academia de uma maneira muito especial esse ano. Conto com vocês para fazer isso comigo e para fazer isso juntos em 2018.

**MONICA SODRÉ,  
COORDENADORA DA RAPS, REDE DE AÇÃO  
POLÍTICA PELA SUSTENTABILIDADE**





### **Qual foi a sensação de ver o resultado do Desafio Universitário 2017?**

A sensação é que nós conseguimos apoiar, por um lado a transformação de jovens que se disponibilizaram a atuar neste campo da gestão pública, e por outro lado, a própria gestão pública que abriu espaço para a inovação, um olhar e um desejo de atender a demanda do público jovem - que é a maioria das pessoas que vivem no nosso país hoje. O público jovem é o grande contingente, onde tem uma força importante, tanto por ser receptor e beneficiário de todas as políticas como por ser o protagonista das mudanças que são necessárias.

### **Quais são as expectativas para o Desafio Universitário 2018, que será em âmbito nacional?**

A expectativa é a gente ampliar o número de jovens envolvidos. Conseguir de alguma forma mobilizar outros jovens que não tinham acesso a essa oportunidade. Ou seja, por um lado é a expectativa voltada para o público jovem e por outro a expectativa de ver municípios e estados de todas as regiões do país também sendo impactados por este olhar e esta oportunidade.

JÁ CONHECE O SITE DO DESAFIO UNIVERSITÁRIO? ✨





O Open Master é uma experiência formativa inovadora criada pela Escola de Políticas Públicas que estimula o desenvolvimento de habilidades socioemocionais em com foco na resolução de problemas públicos. Confira como foi a edição de 2017!

Imagine um ambiente de formação sobre Governo Aberto. Agora imagine que neste local estão pessoas muito diversas, com atuações no setor público, nas universidades, na mídia e no terceiro setor. Foi com esta rica composição que se realizou o Open Master 2017, entre os meses de maio e julho, constituindo uma rede articulada e atuante.

Vinte e uma pessoas selecionadas construíram a atividade que tinham como mote central os “Mecanismos de Coordenação Governamental”. Mais do que aprender e obter novas informações dos mentores, a ideia era que os participantes pensassem, compartilhassem experiências, debatessem e formassem, de maneira coletiva, novas ideias para o tema, sempre nos baseando na metodologia de Aprendizagem Baseada em Problemas.

“

Como trabalho com o tema de transparência e participação social, foi bastante proveitoso conhecer pessoas que também atuam na área. São contatos que podem virar parcerias em projetos profissionais ou serem fontes de novas ideias.

**TAYARA CALINA**

Mestre em Gestão de Políticas Públicas e analista de projetos sociais do Instituto Arapyaú



“

É muito efetivo na criação de conteúdos novos, com nova roupagem e forma de entrega de conhecimento e informação bastante inovadora. Algo que deve ser estudado para o ensino de outras disciplinas e conceitos.

**FERNANDO LOBO**

Assessor de Ações Estratégicas do Governo do Estado de São Paulo



A participante Tayara Calina, mestre em Gestão de Políticas Públicas e analista de projetos sociais do Instituto Arapyaú, acredita que a diversidade do grupo contribuiu decisivamente para a construção de abordagens muito ricas para os temas em debate.

“Como trabalho com o tema de transparência e participação social, foi bastante proveitoso conhecer pessoas que também atuam na área. São contatos que podem virar parcerias em projetos profissionais ou serem fontes de novas ideias”, diz.

O Assessor de Ações Estratégicas do Governo do Estado de São Paulo, Fernando Lobo, concorda e destaca que o método adotado “é muito efetivo na criação de conteúdos novos, com nova roupagem e forma de entrega de conhecimento e informação bastante inovadora. Algo que deve ser estudado para o ensino de outras disciplinas e conceitos”.

Para ele, a dinâmica de conversas entre os participantes foi muito frutífera para ter uma visão mais ampla sobre o assunto que até então pouco entendia. Na sua avaliação “a formação proposta pela Escola de Políticas Públicas garante que gestores públicos e privados tenham conhecimento mais aprofundado do assunto criando a possibilidade de projetos mais maduros nas esferas de atuação de cada um dos participantes”.

O curso da Escola de Políticas Públicas apresenta desdobramentos práticos na agenda de Governo Aberto, já que os participantes saíram com novas pontes e diálogos. Para Tayara, elas servirão e muito para a construção de novos projetos no “mundo real”.



# CURSOS ABERTOS

Os Cursos Abertos da EPP são uma iniciativa para oferecer formações online gratuitas e de qualidade para agentes públicos de todo o Brasil. O conteúdo dos cursos normalmente é desenvolvido em parceria com outras organizações, e a publicação ocorre no Ambiente Virtual de Aprendizagem da EPP.

Os cursos de Dados Abertos são frutos de uma parceria entre a EPP e o CGI.br (intermediado pelo Ceweb e pela W3C Brasil), sendo eles:

» **Dados Abertos Conectados, com mais de 1.000 inscritos desde o início;**

» **Publicação de Dados em Formato Aberto, com mais de 4.000 inscritos desde o início.**

Ambos têm por objetivo capacitar gestores públicos apresentando potencial gerado pela abertura dos dados governamentais

PARCERIA:

**ceweb.br**

Centro de Estudos sobre  
Tecnologias Web

**nic.br**

Núcleo de Informação  
e Coordenação do

**cgi.br**

Comitê Gestor da  
Internet no Brasil

ACESSE







A Escola de Políticas Públicas (EPP) foi fundada em 2010, como parte da Agenda Pública.

Com o trabalho reconhecido e valorizado, em 2015, a EPP e a Agenda Pública decidiram avançar para uma nova configuração: a Escola ganhou autonomia e independência para se consolidar como referência em soluções educacionais sobre temas públicos.

O ano de 2017 foi um ano de muito crescimento neste sentido, mas a EPP ainda compõe formalmente a Agenda Pública. Por isso, os demonstrativos financeiros, equipe e demais informações são comuns às duas organizações.



### Ricardo Sudario

Tem experiência em desenvolver soluções tecnológicas educacionais que ajudam a resolver problemas sociais complexos. Já esteve à frente de duas startups de educação e foi consultor do Banco Mundial. É graduado em Sistemas de Informação pela Universidade de São Paulo, e já passou pela Columbia University, em Nova York (no programa Columbia Startup Lab) e pela Aalto University (na Finlândia).



### Cassiele Moraes

Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade de São Paulo e Especialista em Gestão Pública Pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Tem mais de 10 anos de experiência na execução e gestão de projetos na administração pública e no terceiro setor.



### Mariana Proença

Formada em administração de empresas pela Universidade Paulista, possui cursos de especialização em contabilidade, fiscal e legislação para o terceiro setor. Atuou na área financeira do Instituto Sou da Paz por quase onze anos em especial nas áreas de contas a pagar, prestação de contas, departamento pessoal e atendimento a auditoria externa. Participou também, de todo o processo de reestruturação da organização.

### Heloisa Kavinski

Socióloga, trabalha com projetos socioambientais a mais de 20 anos. Com experiência profissional em organizações públicas, privadas e no terceiro setor, teve oportunidade de conhecer os biomas e as comunidades das 5 regiões do Brasil. Hoje está na Amazônia onde coordena as ações da Agenda Pública no Pará. Gosta de gente, das diferenças, da natureza e das possibilidades que podem ser geradas a partir da força coletiva desses elementos.



## QUEM CONTRUIU A AGENDA PÚBLICA EM 2017?



### Sergio Andrade

Mestre em Gestão e Políticas Públicas (FGV/EAESP). Cientista Social pela USP, especialista em Negociações Internacionais pela UNESP. Possui 15 anos de experiência na área governamental e no setor privado, com trabalhos para diversos órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Recebeu prêmios de empreendedorismo social da Folha de S. Paulo, Fundação Schwab e Fórum Econômico Mundial.



### Flávia Pellegrino

Não poupa saliva pra defender as causas nas quais acredita e resolveu fazer desta habilidade - e disposição - seu dia a dia profissional. Antes de coordenar as agendas estratégicas e de incidência da Agenda Pública, teve oportunidade de trabalhar enquanto jornalista no Brasil e na França, atuou em diversas áreas da comunicação, no campo editorial e também na coordenação de projetos.



### Laila Bellix

Graduada em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Integração da América Latina na mesma instituição. Entre 2013 e 2016 trabalhou na Prefeitura de São Paulo com políticas de governo aberto, tendo sido Coordenadora de Promoção da Integridade da Controladoria Geral do Município. Participa do Programa de Fellowship da Organização dos Estados Americanos (OEA) para Promoção de Governos Abertos nas Américas. Coordena as ações de governo aberto da Agenda Pública.



### Ana Letícia Silva

Economista com mestrado em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC. Atuou no Programa Cidades Saudáveis da Organização Pan-Americana de Saúde. Foi coordenadora de políticas públicas no Instituto Ethos, atuando principalmente com alianças, parcerias e articulação no âmbito da responsabilidade social empresarial e sua relação com os territórios. Foi gerente de articulação do Gife, responsável pelas agendas estratégicas para o investimento social privado.



### Mariana Noronha

Mestre em Gestão e Políticas Públicas pela FGV-SP e graduada em Relações Internacionais pela PUC-SP. Atuou em projetos de consultoria em São Paulo e na Cidade do México e trabalhou por 4 anos na Prefeitura de São Paulo com promoção de inovação na gestão pública, benchmarking de políticas públicas, gestão de projetos e articulação de parcerias com os setores público e privado.



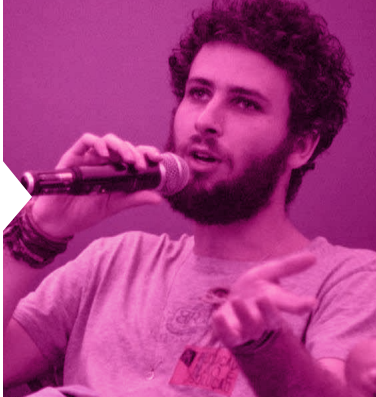
**Lais Cruz**

Graduanda de Produção Multimídia pela Universidade SENAC. Participa de uma Iniciativa social liderada por jovens do Campo Limpo, zona sul de São Paulo chamada Escola de Notícias. Atualmente é estagiária de comunicação da Agenda Pública e Escola de Políticas Públicas.



**Paulo Motoryn**

Jornalista e educador, formado em Comunicação Social pela PUC-SP. Foi um dos criadores da Vaidapé, coletivo de mídia independente, antes de ser convidado para coordenar a comunicação da Secretaria Nacional de Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência da República, em Brasília (DF), onde esteve entre o início de 2015 e abril de 2016. Foi editor da Revista Brasileiros em 2017. É coordenador de comunicação da Agenda Pública.



**Mariana Resegue**

Jornalista pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tem ampla experiência com comunicação, coordenação de projetos e facilitação no setor social. Iniciou sua carreira na Juntos.com.vc, onde foi coordenadora de projetos e comunicação por três anos. Atuou como coordenadora de investimento social e comunicação do Movimento Arredondar. Foi coordenadora de comunicação da Agenda Pública em 2017.



**Leandro Prone**

Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista e graduado em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP). Possui mais de dez anos de experiência na gestão pública além de ter atuado com projetos sociais ligados à Políticas Públicas na Fundação Abrinq. Participou de projetos de consultoria pela FESP-SP e atualmente cursa pós-graduação em Gestão Pública pela FESP-SP.



**Lindalva Feitosa**

Formada em Pedagogia pela UNIFAI com especialização na Educação em Direitos Humanos pela UNIFESP Universidade Federal de São Paulo. Trabalhou em organizações não governamentais e seu penúltimo trabalho foi na Controladoria Geral do Município de São Paulo como Diretora de Fomento ao Controle Social, principal atribuição formação de servidores municipais e sociedade Civil.



**Natália Lima**

Bacharel em Ciências e Humanidades e graduanda de Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC. Tem experiência em gestão escolar e atuou na Secretaria Municipal de Assistência Social na área de crianças e adolescentes.

**QUEM CONTRUIU A  
AGENDA PÚBLICA  
EM 2017?**



**Augusto Patrini**

Possui mestrado em história social (USP), graduação em história (USP) e comunicação social – jornalismo (Universidade Tuiuti do Paraná). Consultor de mídias sociais da Agenda Pública, tem experiência nas áreas de gestão de redes sociais, tradução e ensino.



**Thaís Nogueira**

Formada em Gestão de Recursos Humanos pelo Centro Universitário Unifal, concluiu o curso técnico em Administração e atualmente é estudante de Bacharel em Administração no Senac. Atuou na área administrativa por 2 anos em empresas privadas, com responsabilidades de organização e contas a pagar e receber da área financeira. Há mais de 5 anos trabalha com voluntariado em uma associação de jovens e adolescentes de São Paulo, buscando também parcerias de patrocínio para a mesma.



**Gabriel Ribeiro**

Mestrando em Estado, Governo e Políticas Públicas pela FLACSO. Formando em Ciências Contábeis e Gestão Pública, tem 13 anos de experiência no setor público. Foi secretário municipal da Fazenda de Marília (SP), Coordenador Geral de Acompanhamento de Projetos na Presidência da República e Consultor da UNESCO. Na Agenda Pública foi Coordenador de Projetos, entre 2016 e 2017.



# DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS FINANCEIROS DE 2017

## I. RECEITAS

PROJETO BUNGE	367.127,59
PROJETO LINA GALVANI	521.752,92
PROJETO QUEIROZ GALVÃO	659.064,11
PROJETO PETROBRÁS/CONSEG	93.459,70
PROJETO SEDUC	1.252.507,28
PROJETO TECHINT	85.979,42
PROJETO ANGLO AMERICAN	34.216,88
PROJETO MRN	897.760,16

Receitas de Projetos	3.911.868,06
----------------------	--------------

SERVIÇOS	110.321,45
RECEITAS FINANCEIRAS	7.003,94

Total das Receitas	4.029.193,45
--------------------	--------------

## II. CUSTOS

CUSTOS DOS PROJETOS	2.408.226,41
IMPOSTOS	270.346,14

Custos	2.678.572,55
--------	--------------

## III. DESPESAS

DESPESAS COM PESSOAL	478.459,58
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	480.552,86
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	6.954,27
DESPESAS FINANCEIRAS	5.680,93

Despesas	971.647,64
----------	------------

## IV. SUPERAVIT DO EXERCÍCIO

SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	378.973,26
------------------------	------------

Total de Custos e Despesas	4.029.193,45
----------------------------	--------------



The background of the entire page is a photograph of a group of young people, likely students, in an outdoor setting. In the upper half, three girls are visible; one is on the left talking on a mobile phone, one in the center looking down, and one on the right smiling. A motorcycle is parked behind them. The lower half of the image is obscured by a dark blue rectangular overlay containing white text.

# **EXPEDIENTE EDITORIAL DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE 2017**

COORDENAÇÃO EDITORIAL | PAULO MOTORYN  
FOTOGRAFIA | ALEX FISBERG  
ASSISTENTE DE EDIÇÃO | LAIS CRUZ  
REPORTAGENS | FÁBIO NASSIF E PAULO MOTORYN  
DESIGN GRÁFICO | JÚLIA MENTE